

Apresentação

Principalmente a partir de meados da década de 1970, houve um grande esforço de historiadores e outros pensadores em criar novas formas de pensar e fazer história. Se, por um lado, nomes como os de Foucault, Derrida, White, Le Goff, Nora, e vários outros, contribuíram com diferentes propostas epistemológicas, por outro, os abalos causados por elas promoveram o descrédito de diversos paradigmas consolidados nos estudos históricos, bem como de correntes historiográficas que os defendiam. Toda a agitação causada naquele momento traria expectativas muito grandes para as décadas seguintes.

Esse impulso nos estudos históricos foi compreendido também como uma ruptura importante para uma “Nova História”, inserindo novos problemas, objetos, métodos, abordagens e fontes; criando uma base mais ampla para a produção da história científica. Questões como: do passado de quem tratamos? O de “novos” agentes históricos: o negro, a mulher, o operário, o refugiado, e aqueles desprezados até então por perspectivas historiográficas totalizantes? A seleção dos documentos atende a essa pluralização de objetos ou se apresenta ainda como um “monumento”? E quanto às abordagens? Continuam presas ao cerne da disciplina ou permitiram a interação com perspectivas oriundas de outras ciências? Todos esses passaram a ser questionamentos indispensáveis em qualquer estudo histórico desde então.

A transformação ocorrida em âmbito disciplinar foi fundamental para multiplicar as possibilidades na construção da história. Mais ainda: para alguns, isso significou o início de um processo; um período de experiências, adaptações e criações, que possui sua dinâmica ligada às mudanças sociais das sociedades atuais. Os historiadores têm se utilizado de todas as contribuições de maneiras bastante criativas e os resultados dessa ampliação estão rendendo frutos muito positivos.

Neste número da revista *Esripturas* temos a oportunidade de ver como a geração atual de historiadores, de diferentes estágios da vida acadêmica, tem feito valer essa asserção. Temos aqui dez artigos que apresentam uma diversidade de temas, métodos e abordagens; que comprovam o quanto esses pressupostos são aplicados nas pesquisas atuais em nosso país e no exterior. Os recortes temporais vão desde a Antiguidade ao Tempo Presente. O primeiro artigo é o de María Cecilia Colombani,

Patrones de comportamiento en Hesíodo: elementos antropológicos en Trabajos y Dias. A autora, com auxílio de recursos da Antropologia, conclui que a obra hesiódica se propõe como moralizante, utilizando-se de uma poesia de caráter didático. Com Mariano Spléndido, em *Esclavos cristianos en la pantalla grande: Historia Antigua y epopeya estadounidense*, é apresentada uma ponte entre a Antiguidade e o período da Guerra Fria, que mostra como a escravidão de cristãos no Império Romano foi retratada pelo cinema norte-americano.

Do terceiro artigo em diante, as temáticas se inserem nos recortes do período monárquico e republicano da História do Brasil. Pâmela Campos Ferreira, no artigo *Entre Representações e Requerimentos: os debates sobre os cemitérios extramuros nas câmaras municipais mineiras, no Conselho de Governo e no Conselho Geral de Minas (1827/1834)*, trata dos imbróglis entre a Câmara Municipal de Ouro Preto com as autoridades imperiais do Rio de Janeiro na busca da normatização dos cemitérios extramuros. Noemia Dayana de Oliveira em "*Compadre e amigo do coração*": *as relações de compadrio no interior da província do Ceará (1835-1837)*, utiliza do exemplo da província do Ceará para mostrar como o poder das elites locais contribuíram para a formação do Estado Nacional. Gustavo Zambrano faz uma análise da obra do artista português Luiz Candido Furtado Coelho no artigo *A viagem de Furtado Coelho pelo Brasil: o sucesso e as polêmicas de um artista português em terras brasileiras*.

Humberto Santos de Andrade, com seu artigo *Mutualismo e Imprensa: o processo de fundação da mutual dos tipógrafos e a Revista da Associação Tipográfica Baiana*, mostra como a Associação Tipográfica Baiana, entre as décadas de 1870 e 1930, serviu como uma instituição de auxílio econômico e social para os associados e suas famílias. André Luiz de Miranda Martins nos traz uma discussão bibliográfica profunda sobre as conclusões de Gilberto Freyre acerca da alimentação, sobretudo no Nordeste colonial do Brasil, com *O que se dá de comer ao homem: interpretações da alimentação no Brasil colonial e a crítica de Sérgio Buarque de Holanda a Gilberto Freyre*. Megi Monique Dias, em *Os estudos etnográficos nas páginas do Boletim do Instituto Histórico e Geographico Paranaense (1918-1925)*, discorre sobre as discussões de nível nacional para com as questões étnicas propostas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a influência deste no Instituto Histórico e Geographico Paranaense entre os anos 1918-1925. Alessandra Belo Assis Silva, com seu artigo intitulado *Mulheres operárias nos tribunais do trabalho: a luta por direitos das tecelãs em Juiz de Fora (Década de*

1950), trata dos embates legais entre as operárias e patrões, bem como o tratamento diferenciado dispensado a homens e mulheres nas fábricas.

Por fim, fechamos este número com um artigo de Vânia Maria Siqueira Alves, que trata de um tema importante e com discussões acaloradas neste momento desafiador para a Educação no Brasil: *História na Base Nacional Comum Curricular do Ensino Fundamental: Alguns apontamentos*. A autora mostra quais os problemas para o currículo de História oriundos com implantação da Base Nacional Comum Curricular no Ensino Fundamental no Brasil.

Pedimos desculpas por essa brevíssima introdução não ser compatível com a preciosidade de cada um dos artigos. Será preciso que o leitor compense essa falta com uma leitura oportuna de cada um deles. Agradecemos muitíssimo a todos os autores e autoras que propiciaram a produção de mais um número dessa revista, bem como de todos os pareceristas e os membros de seu Conselho Editorial.

Desejamos a todos uma ótima leitura!

Editor

Prof. Dr. Fernando Mattioli Vieira